

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 43.409 - SP
(2013/0241188-0)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : CAROLINA MARIA MACHADO DE STEFANO E OUTRO(S)
- SP090944
RECORRIDO : ADOLFO MILANI FILHO E OUTROS
ADVOGADO : ROBERTO ELIAS CURY - SP011747

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto pelo MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, com fundamento no art. 105, II, *b*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Narram os autos que a parte ora recorrente impetrou o subjacente mandado de segurança contra suposto ato ilegal do Órgão Especial do Tribunal de origem, consubstanciado no acórdão que, nos autos do Pedido de Sequestro 128.769.0/2, ajuizado por ADOLFO MILANI FILHO e OUTROS, por maioria de votos, confirmou o pleito de saque forçado da totalidade do precatório com juros de continuação, antecipando as parcelas do precatório dos requerentes da medida contributiva atingido pela EC 30/2000.

O Tribunal de origem denegou a segurança nos termos do acórdão assim ementado (fl. 776):

Mandado de segurança. Acórdão que, em agravo regimental, manteve sequestro com juros em continuação, substituindo, porém, a TR pelo IPC/INPC. Aplicação da EC nº 62/09. Inexistência de preterição. Impetração improcedente. Precatário e sequestro anteriores à EC nº 62/09, que não retroage (art. 5º, XXXVI, e art. 60, §4º, IV, ambos da CF). Preterição não afastada por acordo com interferência do BID, que levou à quitação do precatório paradigma. A questão dos juros em continuação é matéria a ser discutida na esfera do Juízo da execução. Cabível retificação do índice de correção monetária (TR pelo IPC/INPC). Não há direito líquido e certo violado. Liminar cassada. Segurança denegada.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 800/805).

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta a parte recorrente que (fl. 814):

1. Ainda que, por maioria de votos o Plenário do C. STF tenha dado provimento parcial as ADIs 4357 e 4425, até que ocorra a intimação do acórdão e a modulação dos efeitos pelo C. STF, o precatório em questão foi alcançado pelo novo regramento advinda da EC 62/09.
2. Dessa forma, até que o C. STF publique o v. acórdão que declarou a inconstitucionalidade da EC 62/09, e module os efeitos dessa declaração de inconstitucionalidade suas normas são plenamente aplicáveis sobre todos às débitos judiciais constituídos e pendentes de pagamento inclusive sobre os débitos parcelados na forma dos arts 33 e 78 do ADCT, razão pela qual é vedado o seqüestro de valores nos termos do disposto no parágrafo 13º do artigo 97 do ADCT.

A partir dessa premissa, alega que (fls. 814/818):

3. [...] o v. Acórdão recorrido merece ser revisto no que diz respeito à inaplicabilidade da EC 62/09 ao caso, ao argumento da impossibilidade de retroatividade da citada norma constitucional, caracterizadora da violação ao direito líquido e certo dos requerentes por afronta à coisa julgada.
4. Porém, merece destaque a natureza administrativa da atuação da Presidência do Tribunal tocai nos pedidos de . seqüestro, razão pela qual não há que se falar em situação jurídica consolidada ou violação ao disposto no artigo 5º, XXXVI da CF.
5. A Emenda Constitucional n. 62/09 atinge o precatória em questão, vencido que estava à época da sua promulgação e, enquanto o Município de São Paulo estiver efetuando o pagamento assumido com a opção; dito pagamento pelo regime especial, não há que se falar em seqüestro.
6. Nesse sentido, aliás, já decidiu o C. STJ no julgamento do RMS nº 30039/RJ, que com clareza e objetividade aprecia os reflexos da natureza administrativa da atividade do Presidente do Tribunal local nos pedidos de sequestro e a vigência e aplicabilidade da lei:
[...]
7. Nem se argumenta que a hipótese em questão atinge apenas os pedidos de seqüestro ajuizados com fundamento no parágrafo 4º do ADCT, isto porque o C. STF já sé posicionou; ao analisar caso concreto análogo ao presente; no sentido de que a novel Emenda Constitucional n.º62/09 atinge todos os débitos judiciais constituídos e pendentes de pagamento merecendo ser transcrito nesse sentido a decisão proferida pelo I. Ministro Presidente do

Superior Tribunal de Justiça

C. STF, César Peluso na SS n.º 4.340:

[...]

8. Destaca a recorrente, ainda, que o cumprimento do v. acórdão de fls., ora recorrido, irá depender da decisão definitiva em âmbito do mandado de segurança n.º 0062027-05.2012.8.26.0000 que ataca a decisão extintiva do pedido de seqüestro proferida pela I. Presidência do Tribunal de Justiça ao argumento de aplicabilidade ao caso da EC 62/09 e veda o seqüestro complementar, objetivado pelos requerentes em cumprimento ao v. acórdão atacado.

9. Muito, embora, tenha o C. Órgão Especial, incidentalmente, afastado a aplicabilidade da EC 62/09 ao caso do precatório dos ora recorridos e concedido a segurança aos requerentes para a continuidade do procedimento administrativo de seqüestro, a I.

Presidência do E. Tribunal de Justiça deferiu pedido cautelar da Municipalidade de São Paulo, atribuindo efeito suspensivo ao recurso extraordinário da referida decisão, nos termos da r. decisão abaixo reproduzida, disponibilizada aos 11/04/2013 nos termos da planilha de andamento processual do referido "mandamus" n.º 0062027-05.2012.8.26.0000 extraída do sítio do TJESP:

[...]

Nesse sentido, afirma que "o precatório dos requerentes da medida constritiva (EP-06833/97) foi atingido pela moratória do artigo 78 do ADCT" (fl. 822), sendo certo, outrossim, que (fls. 822/823):

3. Ora, ainda que o sob o fundamento da ocorrência de preterição do direito de precedência constitucional em razão do pagamento do precatório EP-9231/98- OC: 780/99, também inserido no mesmo parcelamento constitucional da EC 30/00, o fato é que está o requerente pretendendo o seqüestro da totalidade das parcelas da moratória constitucional do seu precatório, submetido ao parcelamento do artigo 78 do ADCT da CF, portanto, com fulcro no disposto no parágrafo 4º do mesmo artigo.

4. Ocorre que, atualmente, inexistente o fundamento constitucional para o seqüestro fundado no artigo 78 do ADCT ainda que sob a ocorrência da preterição, ante o deferimento da Medida Cautelar nas ADIs n.º 2.356 e 2.362 pelo STF.

Segue afirmando que (fls. 823/825):

2. A alegada quebra de ordem cronológica pelo pagamento do

precatório paradigma em razão do acordo celebrado e, OFERECIDO A TODOS OS CREDORES ATINGIDOS PELO MELHORAMENTO PÚBLICO, CUJA URGÊNCIA NA EXECUÇÃO DA OBRA DE CANALIZAÇÃO DOS CÓRREGOS DEVERIA SER EXECUTADA COM PRAZO CONTRATUALMENTE ESTIPULADO E COM DINHEIRO DE FINANCIAMENTO ESPECÍFICO DO BID já veio a ser expressamente afastada pelo poder judiciário ao avaliar decisão homologatória do juiz de primeiro grau.

3. A presunção dos atos públicos é á boa-fé e a decisão judicial que homologou o acordo foi correta e juridicamente lícita tendo, conforme, lhe competia, analisado os requisitos processuais e constitucionais da avença, AFASTADO A OCORRÊNCIA DA PRETERIÇÃO CONSTITUCIONAL NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO, RAZÃO DO PAGAMENTO EFETUADO PELA ORA RECORRENTE NO PRECATÓRIO PARADIGMA EP-9231/90-OC nº 780/99.

4. Ora, para que fosse admitida a ocorrência da preterição do direito de precedência do credor no procedimento administrativo do seqüestro, ante as provas dos autos e esclarecimentos de DEPRE que certificavam a autorização judicial para o pagamento do precatório paradigma, "data máxima vênia", seria necessário a anulação da decisão-homologatória do acordo, em nenhum momento sequer ventilada.

5. A norma do artigo 100 da CF ao estabelecer que os pagamentos em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibindo a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim, veda, em suma, que o Administrador privilegie algum credor específico.

6. A análise da norma constitucional em apreço deve observar, de forma sistemática, os princípios do direito e, também, sob este aspecto, há que se afastar a , preterição do direito de precedência, no caso, até porque, a melhor interpretação do princípio da isonomia é o de aplicar a igualdade entre os desiguais.

7. E, justamente, em respeito aos princípios da moralidade administrativa, da supremacia do interesse público e da igualdade pautou-se o Administrador, posto ter oferecido o acordo a¹ todos os credores que se encontravam na mesma situação jurídica, ou seja, com imóveis atingidos pelos Melhoramentos especificados no contrato com o organismo internacional- BID para financiamento visando a solução do problema das enchentes, com prazo certo e ônus em razão do não , cumprimento, imóveis estes cuja imissão na posse somente seria obtida após o decurso do prazo de 10 (dez) anos,

Superior Tribunal de Justiça

face ao parcelamento advindo da Emenda Constitucional n.º, 30 de 13 de setembro de 2000, impedindo o andamento de obras essenciais para sanar ou pelo menos minorar o grave problemas decorrentes das chuvas.

8. Ora, fica claro que, a celebração do acordo que resultou na extinção do precatório paradigma não envolve a análise, apenas, da vantagem financeira para o erário, e sim, questão mais grave, inclusive de saúde pública.

9. Nesse sentido, foi o entendimento do judiciário ao analisar os requisitos legais para a homologação do acordo, no agravo de instrumento nº 366.364-5/9-00:

[...]

Defende o recorrente que (fl. 828):

3. [...] o entendimento dominante do C. Supremo Tribunal Federal com relação à correta exegese do artigo 78 do ADCT da CF/88, excluindo a incidência dos juros moratórios e compensatórios das parcelas (RE N. 395091/SP, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, DJ DE 11/03/2004); RE N. 439501/SP, Rel. Min. EROS GRAU, DJ 17/08/2005; RE n. 396389/SP, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJ 11/10/2005).

Por fim, requer o provimento do recurso ordinário (fls. 833/834):

[...] para reconhecer a aplicabilidade da EC 62/09 ao caso em questão, impeditivo do seqüestro complementar ou a ilegalidade do deferimento do seqüestro de rendas públicas municipais ao argumento da ocorrência da preterição do direito de precedência dos credores com juros em continuação, tudo como medida de lúdima JUSTIÇA!

Contrarrazões às fls. 837/849.

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral da República JOSÉ FLAUBERT MACHADO ARAÚJO, opinou pelo não conhecimento do recurso ordinário ou, acaso conhecido, pelo seu parcial provimento (fls. 887/895).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Como cediço, por ocasião da promulgação da EC 62/2009, este Superior Tribunal firmou o entendimento no sentido de que *"a nova sistemática se aplica a todos os precatórios inadimplidos, inclusive aos casos em que já houve sequestro de valores,*

anteriormente à EC 62/2009, ainda não levantados pelo credor" (AgRg no RMS 36.189/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 01/08/2012).

Nesse mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRECATÓRIO. SEQUESTRO DE VERBAS PÚBLICAS. PRECATÓRIO VENCIDO E NÃO PAGO. SUPERVENIÊNCIA DA EMENDA CONSTITUCIONAL 62/2009. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCEDIMENTOS EM CURSO. ACORDO PARA EXTINÇÃO DO SEQUESTRO. IMPOSSIBILIDADE. HOMOLOGAÇÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO.

1. Cuida-se, na origem, de Mandado de Segurança impetrado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra ato praticado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que, em autos de sequestro, homologou acordo celebrado entre a Municipalidade de Mongaguá e a empresa Savoy Imobiliária Construtora Ltda.

2. Hipótese em que o Tribunal a quo denegou a segurança por entender que a EC nº 62/2009 não poderia ser aplicada retroativamente, já que o sequestro foi deferido e consumado antes da sua vigência, concluindo pela legalidade do ato de homologação do acordo. Além disso, consignou: "(...) no caso, o seqüestro foi deferido e se consumou anteriormente a entrada em vigor da Emenda Constitucional n 62/2009, que não pode retroagir para restringir direito anteriormente consumado, portanto, a importância seqüestrada deve ser paga ao credor. Após o cumprimento da ordem de seqüestro, as partes fizeram acordo, era que se reconheceu a dívida relativa ao precatório no valor de R\$ 1.700.000,00, que seria pago mediante o sinal de R\$ 200.000,00, autorizado o levantamento do valor pela Savoy Imobiliária Construtora Ltda. O restante de R\$ 1.500.000,00 seria pago à credora em 15 parcelas mensais de R\$ 100.000,00, com correção monetária. Restou consignado no contrato (fls. 162) que o valor do ajuste, no importe de R\$ 1.700.000,00, ora pago em parcelas, não será compensado com eventuais débitos municipais, em razão de ter por objetivo atender solicitação do Município de Mongaguá para levantar R\$ 1.476.712,05, corrigido e acrescido de juros desde 17-12-2009, correspondente a parte do valor seqüestrado, com intuito de repor a quantia a prazo para ajudá-lo no orçamento deste ano. E, finalmente, havendo previsão de anulação do acordo, no caso de Município de Mongaguá não cumprir a obrigação de pagar

Superior Tribunal de Justiça

os R\$ 1.700.000,00 parcelado, restando, neste caso, a obrigação de repor o valor seqüestrado com correção e juros de 1% ao mês, além de multa de 20%. Como bem ponderou a autoridade impetrada (fls. 179/180): no caso presente não se pretendeu firmar acordo direito paro a quitação do precatório, o que somente seria possível com base em lei própria.

A r. decisão de fls 9455/9457 homologou o acordo, tão somente, na parte em que se avençou a restituição parcial da importância seqüestrada à municipalidade, que devolverá à credora, parceladamente, o montante de R\$ 1.500.000,00, que em tese poderia requerer o levantamento da totalidade do valor. Foi expressa em remeter as partes ao Juízo de execução para a apuração do total devido, inclusive quanto a incidência ou não dos juros em continuação e a substituição da TR pelo IPC/INPC. Como existe ainda importância considerarei a ser paga ao credor, e as importâncias que forem saldadas serão compensadas, entendeu-se ser o Juízo da execução o competente para decidir se são devidos os juros moratórios e compensatórios em continuação, ou seja, anteriores ao vencimento de cada parcela, bem como se deve ser substituída a TR pelo INPC. Qualquer autoridade judiciária pode homologar acordo relativo a questão submetida a sua apreciação, e a extinção referida no acordo, é em relação aos autos do seqüestro e não da execução.

Finalmente, não nada de ilegal na homologação do acordo realizado entre as partes, em razão da evidente vantagem ao Município que terá numerário disponível para atendimento de suas prerrogativas" (fls. 240-242, e-STJ).

3. O Ministério Público Federal, funcionando como custos legis, bem posicionou a questão jurídica debatida, sob o pano de fundo da jurisprudência do STJ: "o acórdão ceve ser reformado. Uma análise detida dos autos permite verificar que o seqüestro das verbas públicas do Município de Mongaguá foi deferido em favor de Savoy imobiliária Construtora Ltda pelo Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, no dia 20 de agosto de 2009. determinando 'a imediata transferência do valor seqüestrado para o Juízo da Execução' (e-STJ fl. 83). A Carta de Ordem foi expedida em 19 de novembro de 2009 (e-STJ fl. 84), sendo que em 9 dezembro de 2009 entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 62, que alterou a forma de pagamento dos precatórios. Neste ponto, cumpre destacar que a decisão que deferiu o seqüestro determinou, tão somente, a transferência dos valores para o Juízo da Execução, sendo a Caria de Ordem expedida para esse único fim: transferir o montante para o outro Juízo, havendo notícias de que a carta somente foi cumprida em 17 de dezembro de 2012, quando já em vigor a EC nº 62/2009. Ora, é evidente que a mera transferência da verbas públicas municipais para o Juízo da Execução não caracteriza o

levantamento da quantia, que não foi colocada à disposição do credor, não havendo que se falar em consumação do seqüestro. (...) Nos termos da jurisprudência consolidada nesse eg. STJ acerca da abrangência da nova norma constitucional trazida pela EC n° 62/09 o novo rito incide sobre precatórios pendentes de pagamento e alcança aqueles cujo seqüestro foi deferido o no regime anterior, mas o valor ainda não foi da referida emenda constitucional, o que aconteceu neste autos. (...) A nova sistemática instituída pela EC n° 62/2009 impossibilita o seqüestro de verbas públicas nas hipóteses previstas nos artigos 33 e 78 do ADCT, devendo os precatórios observarem o novo regime de pagamento.

Portanto, tratando-se os autos de seqüestro deferido no regime anterior, mas não levantado antes da EC n° 62/2009 (pois a verba pública somente foi transferida para outro Juízo), é de se reconhecer a ilegalidade do ato de homologação do acordo, pois o seqüestro foi extinto em desobediência ao novo rito de pagamento de precatórios, o que constitui flagrante violação a direito líquido e certo" (fls. 336-339, e-STJ).

4. A agravante não trouxe argumento capaz de infirmar os fundamentos da decisão recorrida e demonstrar a ofensa ao direito líquido e certo.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no RMS 38.606/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 10/02/2016)

PROCESSO CIVIL. CONSTITUCIONAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SEQUESTRO DE PRECATÓRIO. ANTIGA MORATÓRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. SUPERVENIÊNCIA DA EC N° 62/09. APLICAÇÃO IMEDIATA. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. RECURSO PROVIDO.

1. Com a edição da EC 62/09, não mais subsiste a moratória constitucional anteriormente vigente, devendo os precatórios seguir o novo regime de pagamento previsto no Texto Constitucional, o que significa que estão desautorizadas as ordens de seqüestro amparadas pelo art. 78 do ADCT.

2. A nova sistemática implementada pela EC 62/09 aplica-se imediatamente aos processos em curso, pois se trata de norma de natureza procedimental, não existindo direito adquirido à manutenção de regime jurídico.

3. Outrossim, o próprio art. 78 do ADCT encontra-se com sua eficácia suspensa por determinação liminar do Pretório Excelso no bojo das ADIs 2.356 e 2.362. Isso significa que não subsiste preceito normativo que autorize o seqüestro da verba pública, devendo haver o desbloqueio da quantia. Precedente: RMS 36188/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda

Superior Tribunal de Justiça

Turma, DJe 13.12.11.

4. Recurso ordinário em mandado de segurança provido.

(RMS 36.920/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe 28/03/2012)

Impende ressaltar, entretanto, que, muito embora a EC 62/2009 tenha sido julgada inconstitucional, o Supremo Tribunal Federal, em questão de ordem, terminou por modular os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, decidindo que o regime especial de pagamento de precatórios, instituído pela referida emenda constitucional, deve permanecer vigente por 5 (cinco) exercícios financeiros a contar de 1º de janeiro de 2016, período no qual será mantida a vinculação das receitas percentuais mínimas destinada ao pagamento de precatórios vencidos. Confira-se:

QUESTÃO DE ORDEM. MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS DE DECISÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE (LEI 9.868/99, ART. 27). POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ACOMODAÇÃO OTIMIZADA DE VALORES CONSTITUCIONAIS CONFLITANTES. PRECEDENTES DO STF. REGIME DE EXECUÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA MEDIANTE PRECATÓRIO. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 62/2009. EXISTÊNCIA DE RAZÕES DE SEGURANÇA JURÍDICA QUE JUSTIFICAM A MANUTENÇÃO TEMPORÁRIA DO REGIME ESPECIAL NOS TERMOS EM QUE DECIDIDO PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. A modulação temporal das decisões em controle judicial de constitucionalidade decorre diretamente da Carta de 1988 ao consubstanciar instrumento voltado à acomodação otimizada entre o princípio da nulidade das leis inconstitucionais e outros valores constitucionais relevantes, notadamente a segurança jurídica e a proteção da confiança legítima, além de encontrar lastro também no plano infraconstitucional (Lei nº 9.868/99, art. 27). Precedentes do STF: ADI nº 2.240; ADI nº 2.501; ADI nº 2.904; ADI nº 2.907; ADI nº 3.022; ADI nº 3.315; ADI nº 3.316; ADI nº 3.430; ADI nº 3.458; ADI nº 3.489; ADI nº 3.660; ADI nº 3.682; ADI nº 3.689; ADI nº 3.819; ADI nº 4.001; ADI nº 4.009; ADI nº 4.029.

2. In casu, modulam-se os efeitos das decisões declaratórias de inconstitucionalidade proferidas nas ADIs nº 4.357 e 4.425 para manter a vigência do regime especial de pagamento de precatórios instituído pela Emenda Constitucional nº 62/2009 por 5 (cinco) exercícios financeiros a contar de primeiro de janeiro de 2016.

3. Confere-se eficácia prospectiva à declaração de

Superior Tribunal de Justiça

inconstitucionalidade dos seguintes aspectos da ADI, fixando como marco inicial a data de conclusão do julgamento da presente questão de ordem (25.03.2015) e mantendo-se válidos os precatórios expedidos ou pagos até esta data, a saber: (i) fica mantida a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25.03.2015, data após a qual (a) os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e (b) os precatórios tributários deverão observar os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários; e (ii) ficam resguardados os precatórios expedidos, no âmbito da administração pública federal, com base nos arts. 27 das Leis nº 12.919/13 e nº 13.080/15, que fixam o IPCA-E como índice de correção monetária.

4. Quanto às formas alternativas de pagamento previstas no regime especial: (i) consideram-se válidas as compensações, os leilões e os pagamentos à vista por ordem crescente de crédito previstos na Emenda Constitucional nº 62/2009, desde que realizados até 25.03.2015, data a partir da qual não será possível a quitação de precatórios por tais modalidades; (ii) fica mantida a possibilidade de realização de acordos diretos, observada a ordem de preferência dos credores e de acordo com lei própria da entidade devedora, com redução máxima de 40% do valor do crédito atualizado.

5. Durante o período fixado no item 2 acima, ficam mantidas (i) a vinculação de percentuais mínimos da receita corrente líquida ao pagamento dos precatórios (art. 97, § 10, do ADCT) e (ii) as sanções para o caso de não liberação tempestiva dos recursos destinados ao pagamento de precatórios (art. 97, §10, do ADCT).

6. Delega-se competência ao Conselho Nacional de Justiça para que considere a apresentação de proposta normativa que discipline (i) a utilização compulsória de 50% dos recursos da conta de depósitos judiciais tributários para o pagamento de precatórios e (ii) a possibilidade de compensação de precatórios vencidos, próprios ou de terceiros, com o estoque de créditos inscritos em dívida ativa até 25.03.2015, por opção do credor do precatório.

7. Atribui-se competência ao Conselho Nacional de Justiça para que monitore e supervisione o pagamento dos precatórios pelos entes públicos na forma da presente decisão.

(ADI 4425 QO, Rel. Ministro LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJe 03/08/2015)

Nesse diapasão, ao contrário do que restou consignado no parecer do *Parquet* Federal, o fato de o Supremo Tribunal Federal ter declarado a

Superior Tribunal de Justiça

inconstitucionalidade do art. 97 do ADCT, por si só, não afasta, em tese, a aplicação da EC 62/2009 ao caso concreto, embora vinculada à constatação de que não houve, ainda, o levantamento dos valores sequestrados.

Pois bem.

In casu, o Tribunal de origem firmou a compreensão no sentido de que "o sequestro foi realizado e [...] confirmado em sede de agravo regimental, antes da promulgação e vigência da EC nº 62/2009" (fl. 777).

Por sua vez, o próprio MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em seus embargos de declaração, confessou (fl. 786):

[...] já ter sido efetuado pelos credores, ora interessados, o levantamento do valor integral sequestrado e cuja insurgência resultou na presente impetração, conforme comprova a juntada do alvará expedido a favor dos requerentes do pedido de sequestro n.09029808- 24.2005.8.26.0000, antigo n. 128.769.012. (doc. 001)

Nesse diapasão, é de rigor o reconhecimento da perda do objeto da subjacente impetração, como então afirmado pela parte embargante, ora recorrente. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PRECATÓRIO. SEQUESTRO DE VERBA PÚBLICA. LEVANTAMENTO. OBJETO DO MANDAMUS. PERDA SUPERVENIENTE.

1. Resguardas as vias ordinárias, o levantamento integral da verba pública sequestrada para a satisfação de precatório implica a perda de objeto do mandado de segurança impetrado contra o ato que determinou essa constrição. Precedentes do STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no RMS 38.846/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 28/02/2019)

CONSTITUCIONAL. PROCESSO CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SEQUESTRO DE VERBA PÚBLICA PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO. LEVANTAMENTO DOS VALORES CONFIRMADO. PERDA DO OBJETO E SUPERVENIENTE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL.

1. Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com o objetivo de

Superior Tribunal de Justiça

anular o ato do Presidente do Tribunal de Justiça que determinou o sequestro de verbas públicas para pagamento de precatório alimentar.

2. A orientação adotada pela Corte de origem está em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça de que, "resguardas as vias ordinárias, o levantamento integral da verba pública sequestrada para a satisfação de precatório implica a perda de objeto do mandado de segurança impetrado contra o ato que determinou essa constrição" (AgInt no RMS 38.846/SP, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 28/2/2019).

3. Precedentes: RMS 45.326/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 11/10/2016; AgInt no RMS 39.649/SP, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 27/4/2017; AgRg no RMS 44.141/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 27/5/2016.

4. Recurso em mandado de segurança prejudicado.

(RMS 38.120/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 27/06/2019)

ANTE O EXPOSTO, extingo o mandado de segurança sem a resolução de mérito, ante a perda superveniente de seu objeto. **Prejudicado** o recurso ordinário em mandado de segurança. Custas *ex lege*. Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos da Súmula 105/STJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator